



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681307 - SC (2021/0225978-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LEANDRO MARCIO VELOSO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO MARCIO VELOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APELAÇÃO CRIMINAL N. 0003473-12.2017.8.24.0080/SC).

O paciente foi condenado às penas de 7 meses de detenção, em regime aberto e de 10 dias-multa, em seu mínimo legal, e à suspensão ou proibição de obter permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 2 meses, por infração ao disposto no art. 306, § 1º, inc. II, e art. 309, ambos do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97), na forma do art. 70 do Código Penal.

Irresigna-se o impetrante contra decisão que deixou de substituir a pena privativa de liberdade por pena de multa, sem a devida fundamentação, pois, como a reprimenda foi fixada em patamar não superior a um ano, o juiz deveria tê-la substituído a por uma multa ou por uma restritiva de direitos. Defende que tal substituição é direito subjetivo do réu, e não ato discricionário do juiz. Aduz a existência de precedência entre as duas possibilidades previstas na primeira parte do § 2.º do art. 44 do CP.

Requer, liminarmente, o reconhecimento da ilegalidade do acórdão impugnado e a suspensão dos efeitos da condenação até o trânsito em julgado deste *writ*. No mérito, pugna pela substituição da pena de 7 meses de detenção por multa, na forma do art. 44, § 2.º, do Código Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente